

A crise obriga Pretória a negociar

A situação na África Austral é vista hoje sob vários ângulos e análises. Mas, nomeadamente, após a assinatura dos Acordos de Lusaka e de Nkomati, uma corrente a nível internacional surpreendida pelo facto de o regime da África do Sul aceitar sentar-se à mesa das negociações, apressou-se a interpretar isso como um sinal de que Pretória tinha obtido concessões unilaterais dos seus vizinhos.

Neste artigo, uma jornalista do «Jeune Afrique», Irène de Bretteville, afirma que na verdade foi «a crise que obrigou Pretória à Paz». Ela prevê ainda outras mudanças na sociedade do «apartheid» sob o impulso das forças económicas dentro do país. Reconhece que, há «estagnação no terreno político», mas diz que «as coisas progredem na frente do trabalho», e que é a própria economia sul-africana baseada nas leis do «apartheid» que contém em si os «germes da sua desestabilização».

Era uma coisa impensável há algum tempo atrás. Bruscamente a África do Sul aceita cessar a

PIB) e regista maus resultados. A Companhia De Beers, que controla por intermédio da empresa CSO,

carvão e dos metais ferrosos, permanece medíocre.

Sob o duplo impacto da redução da procura interna e internacional, a indústria siderúrgica teve que proceder a importantes cortes nos seus efectivos. As fundições estão a funcionar com 70 por cento da sua capacidade; a produção de ferro fundido baixou 16 por cento e a do aço 20 por cento. O mercado do automóvel, por seu lado, acusa uma descida nas suas vendas na ordem dos 5 por cento em 1983. Enquanto isso, as três mais importantes companhias construtoras de automóveis instaladas no país — Nissan, Ford, e Sigma Corporation — despediram 2 mil trabalhadores negros no espaço de apenas uma semana. Esse número fez subir para 550 mil o total de trabalhadores negros no desemprego (9 por cento da população activa) e essa taxa continua a elevar-se.

E, para o cúmulo, uma seca implacável abateu-se sobre o país, arruinando a colheita de milho que caiu para 4 milhões de toneladas este ano, contra 9 a 10 milhões em épocas normais.

A África do Sul, tradicionalmente exportadora de cereais, teve que desembolsar 720 milhões de rands, na compra de milho no exterior, de modo a satisfazer as necessidades de consumo interno. Neste período, a parte da agricultura no PIB, desceu ao seu nível mais baixo (5 por cento) e os 70 mil agricultores do país estão a braços com o fardo de 6 mil milhões de rands de dívidas.

Prioridade das prioridades, a luta contra a inflação ainda não deu os resultados desejados. De 14 por cento em 1982, a taxa de inflação caiu para 11 por cento em 1983, mas continua elevada em 1984: 9 por cento de acordo com

uma investigação feita pela Universidade de Stellenbosch.

Sou a hora da austeridade e o imposto sobre o consumo subiu um ponto em Janeiro último, passando de 6 por cento para 7 por cento. Apesar destas condições os responsáveis pela economia sul-africana não continuam menos optimistas e anunciam o relançamento geral para o segundo semestre de 1984. Utopia? Propaganda?

Seja como for, a variável chave da qual depende a prazo o futuro da economia sul-africana, é o preço da onça de ouro. «Pivota da economia (40 por cento das receitas em divisas do país, uma produção de 679 toneladas em 1983, que representam três quartos da oferta mundial, excluindo a dos países socialistas), o ouro tem continuado a ver o seu preço baixar: 850 dólares a onça no início de 1980, 511 dólares em 1983 e a queda continua: em Abril, o ouro tinha já perdido 6 por cento do seu valor, baixando para 363 dólares a onça. E no mês passado registou uma nova queda, que levou à desvalorização da moeda sul-africana. — o Rand — em relação ao dólar.

«Apartheid» estrangula economia

Mas de nada serve ter os olhos espedaçados sobre o preço do metal «amarelo», pois a doença da economia sul-africana deve-se também a fenómenos estruturais internos. Por exemplo, a inflação. Ela, em grande parte, resulta da existência de nós de estrangulamento na economia sul-africana, tais como a falta de mão-de-obra qualificada, que provoca uma alta dos custos salariais. E isso leva-nos ao problema número um da África do Sul: o fim do «apartheid» e a integração da população negra no país.

Categoricamente recusada pelo regime actualmente no poder chefiado pelo Primeiro-Ministro P. W. Botha — que preferiu associar duas outras comunidades raciais, os mestiços e os indianos, num Parlamento separado —, a participação dos negros na vida económica do país é reclamada pelos meios de negócios.

Um dos mais ardentes, a exortar o Governo a abandonar a política de «apartheid», é significativamente o multimilionário, Harry Oppenheimer (antigo Presidente da multinacional Anglo-American), interessado

na expansão das suas indústrias e nos respectivos lucros. Ele declarou recentemente na Universidade do Cabo: «Nós não podemos continuar muito tempo com uma política que, de um lado, procura o crescimento económico graças à empresa privada e à estabilidade dos preços, enquanto que do outro, ela exclui os negros de uma participação integral no sistema de empresa privada, impedindo-os de se deslocar livremente no país e oferecer o seu trabalho àquele que lhe dá mais». Uma declaração na qual os argumentos económicos... sobrepõem-se às considerações morais e humanitárias.

Condenando o sistema dos bantustões, que priva os negros da nacionalidade sul-africana, o magnata de Joanesburgo estima que o controlo dos movimentos da população é um freio ao crescimento. Com efeito, a maior parte da mão-de-obra é uma mão-de-obra migrante, que não tem direito a residência permanente nas zonas brancas, e que é recrutada na base de um contrato de duração limitada. Mais de um milhão destes emigrantes são «commuters» — categoria que aumenta rapidamente, 7 por cento ao ano — e que percorrem diariamente do local de trabalho ao local de residência, distâncias que ultrapassam por vezes os 50 quilómetros.

Sindicatos despertam

Os futuros chefes de empresas sul-africanas deverão enfim, contar com a emergência de um novo fenómeno: o despertar dos sindicatos. É isso que os observadores estão de acordo em reconhecer, como constituindo o desafio maior do próximo decénio e o factor determinante de uma possível transformação da sociedade sul-africana.

Na frente do trabalho, as coisas progredem, ao mesmo tempo que elas estagnam no terreno político. Assim, em 1982 registaram-se 365 mil horas de trabalho perdidas devido a greves. Em 1983, quando a recessão foi mais forte, e portanto, o risco de um trabalhador se encontrar no desemprego mais agudo, a tensão não diminuiu.

O início do ano de 1984 foi marcado por uma série de greves inesperadas. Assim, 8 500 operários negros paralisaram durante alguns dias o maior fabricante de explosivos do país, a empresa AECI. Para além disso, as quatro fábricas da Coca-Cola nos subúrbios de Joanesburgo tiveram mais de 2 mil grevistas, enquanto que 1 500 outros obrigavam a fábrica de montagem da BMW, perto de Pretória, a fechar provisoriamente.

Um facto de maior importância: as reivindicações não se limitam nem só aos salários, ou às condições de trabalho. Alguns sindicatos vão mais longe e fazem pressão sobre questões mais amplas ao Governo.

Deste modo a economia do país do «apartheid» aparece hoje desta maneira: uma das mais ricas do continente, mas também uma das mais vulneráveis, pois depende ao mesmo tempo do preço mundial do ouro e transporta consigo os germes poderosos da sua própria desestabilização. A magnífica paisagem de vidro, quase futurista, da capital do ouro, Joanesburgo, a opulência das casas dos bairros residenciais envolvidos na verdura, continuarão a coexistir com a miséria sórdida das barracas alinhadas nos campos onde estão instalados os trabalhadores negros? A resposta reside, seguramente, na política de integração económica das diferentes comunidades raciais,

(Adaptado de um artigo de Irène de Bretteville, em «Jeune Afrique Economie»).



Que amanhã no país do «apartheid»

guerra contra os seus vizinhos. Com Luanda, Pretória assina a 16 de Fevereiro, um acordo de retirada das suas tropas do Sul angolano; com Maputo, aconteceu a assinatura de um pacto de não-agressão a 18 de Março de 1984.

A política sul-africana de estender a mão, após muitos anos de uma outra de desgaste incessante, tem uma razão de ser. Ela traduz também os problemas internos que o país atravessa, «a mais grave crise económica desde a grande depressão dos anos trinta, segundo o ex-Ministro das Finanças sul-africano, Owen Horwood. O ambiente que rodeia a baixa de Joanesburgo, zona coberta de arranha-céus onde se concentra a actividade dos bancos e dos negócios é, pelo menos, carregado.

A crise e alguns números

Desde 1981, que a África do Sul vê o preço do ouro derrapar. Em 1982 a crise agrava-se com o enfraquecimento do conjunto da economia sul-africana (queda em 1% do Produto Interno Bruto, PIB, baixa em 10% da produção manufactureira).

Em 1983, o PIB diminuiu ainda em 3 por cento. As fábricas não trabalham mais do que 84 por cento da sua capacidade e os investimentos baixam 13 por cento.

Na primeira linha da crise, está o sector mineiro, que constitui a base e ponta de lança da economia sul-africana (16 por cento do

80 por cento do mercado mundial de diamantes, perde 30 por cento dos seus lucros de 1981 a 1982. Mesmo, se entretanto, a situação dos diamantes se restabeleceu, as perspectivas do manganês, do



Operários metalúrgicos sul-africanos numa reunião num período de greve